

**PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO**

O prazo do presente credenciamento foi prorrogado para 31 de março de 2022.

Foram realizadas as seguintes alterações na tabela de itens:

**Onde se lê:**

225185 – Médico Gastroenterologista¹	10,00	70,00	80,00	1.200	R\$ 96.000,00
---	-------	-------	-------	-------	---------------

**Leia-se:**

225133 – Médico Psiquiatria	10,00	110,00	120,00	800	R\$ 96.000,00
-----------------------------	-------	--------	--------	-----	---------------

**Onde se lê:**

225136 – Médico Reumatologista¹	10,00	70,00	80,00	2.400	R\$ 192.000,00
------------------------------------	-------	-------	-------	-------	----------------

**Leia-se:**

225250 – Médico Ginecologista	10,00	70,00	80,00	2.400	R\$ 192.000,00
----------------------------------	-------	-------	-------	-------	----------------

**Onde se lê:**

225155 – Médico Endocrinologista¹	10,00	70,00	80,00	2.400	R\$ 192.000,00
--------------------------------------	-------	-------	-------	-------	----------------

**Leia-se:**

225112 – Médico Neurologista (atendimento a pacientes até 14 anos)	10,00	90,00	100,00	1.920	R\$ 192.000,00
---	-------	-------	--------	-------	----------------

**Itajaí, 03 de janeiro de 2022**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2021 FMS****PROCESSO 35977/2021-e**

O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 83.102.277/0001 – 52, situado a Rua Leodegário Pedro da Silva, nº 300, nesta cidade de Itajaí – Santa Catarina, torna público que abriu prazo para o **CREDENCIAMENTO PARA HABILITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS, LEGALMENTE CONSTITUÍDAS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E QUE DEMONSTREM CAPACIDADE JURÍDICA E APTIDÃO TÉCNICA, PARA ATENDER A DEMANDA GERADA NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, PARA CONSULTAS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS**, a fim de atender as necessidades da população de Itajaí, conforme especificado neste Edital e seus anexos.

O presente credenciamento encontra-se embasado no “caput” do artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, da qual utilizar-se-á para aplicação no que couber.

Prazo para o credenciamento: até 31 de março de 2022, no horário de expediente do Município de Itajaí – 13h00 às 19h00.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** Abertura de processo de Credenciamento, cujo objeto é a habilitação de entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos ou empresas, legalmente constituídas no município de Itajaí e que demonstrem capacidade jurídica e aptidão técnica, para atender a demanda gerada nas unidades básicas de saúde sob gestão do município de Itajaí, para consultas e procedimentos médicos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

**2.1** – O valor máximo para contratação do referido serviço é de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** Serão admitidos a participar deste Credenciamento, somente os que estejam legalmente estabelecidos na forma da lei, para os fins do objeto referido no presente edital.

**3.2** É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, no presente credenciamento, de mais de uma empresa.

**3.3** Será vedada a participação de empresas quando:

- a) constituídas na forma de consórcio;
- b) que tenham sido declaradas inidôneas pela administração pública federal, estadual ou municipal, ou que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública;
- c) sob o processo de Falência ou Recuperação Judicial;

**3.4** As proponentes deverão apresentar carta de apresentação com a indicação do representante credenciado para praticar todos os atos necessários em nome da proponente em todas as etapas do processo de credenciamento, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**

**4.1** O envelope contendo as documentações necessárias ao credenciamento deverá ser apresentado lacrado, com todos os documentos exigidos em seu interior, e com os seguintes dizeres na etiqueta externa:

<b>Credenciamento nº 004/2021 FMS</b> <b>MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC</b> A/C Diretoria de Licitações e Contratos Rua: Alberto Werner, nº 100, Bairro: Vila Operária. CEP 88.304-053 – Itajaí / SC <b>RAZÃO SOCIAL:</b> _____ <b>CNPJ:</b> _____ <b>TELEFONE:</b> _____ <b>E-MAIL DE CONTATO:</b> _____
---

**4.2** O prazo para o cadastro dos interessados ficará aberto a partir da publicação do presente edital, com prazo limite até 31 de março de 2022, no horário das 13h00 às 19h00, e os que forem entregues fora do prazo estipulado não serão objeto de análise, não sendo permitida a participação de interessados retardatários e em desacordo com o Edital e seus anexos.

**4.3** O local de entrega dos envelopes será na Prefeitura Municipal de Itajaí, Diretoria de Licitações e Contratos, sita à Rua Alberto Werner, nº 100, Itajaí/SC, bairro Vila Operária, CEP 88304-053.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA AO CREDENCIAMENTO**

**5.1** Os documentos necessários à habilitação do proponente deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial, e preferencialmente rubricada e paginada em todas as suas folhas.

**5.2** Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

**5.3** A proponente deverá apresentar em 01 (uma) via os seguintes documentos:

##### **5.4 – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro comercial, no caso de empresário;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores.

#### **5.5 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ do Ministério da Fazenda, sendo aceito documento extraído via INTERNET;

b) Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, relativos ao domicílio ou sede da entidade, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da entidade;

d) Certidão Negativa de Débito (CND), expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Certidão Negativa de Débitos dos tributos federais e da Dívida Ativa da União.

f) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS - SAÚDE para os Estabelecimentos de Saúde sem fins lucrativos, reconhecidos como Entidade Beneficente de Assistência Social, quando couber.

g) Cópia do Registro Geral (R.G.) e Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) do responsável legal pela Instituição;

h) Certidão Negativa de Tributos Mobiliários da PMI ou documento que comprove a sua isenção;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

#### **5.6 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Alvará de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária;

b) Certificado de Registro no CREMESC ou outro órgão competente;

c) Indicação dos equipamentos/aparelhos técnicos especializados;

d) Relação da equipe médica e de outras categorias profissionais, com número de inscrição no Conselho competente, carga horária, com qualificação completa dos responsáveis pelos serviços especializados;

e) Declaração do percentual da capacidade instalada que está destinada a particulares e convênios com terceiros, bem como a indicação do percentual dessa capacidade para atendimento aos usuários do SUS;

f) Documentação do responsável técnico: cópia do Registro Geral (R.G.), Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) e Registro no Conselho Profissional da Categoria;

g) Declaração firmada pelos sócios e/ou diretores da instituição que não ocupam Cargo ou Função Pública de Chefia ou Assessoramento na área pública de saúde, no nível federal, estadual ou no Município de Itajaí.

h) Relação detalhada de consultas que a proponente irá disponibilizar, as quantidades totais de cada consulta que será ofertado para Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, bem como informar em quais os horários poderão ser realizados as referidas consultas.

## **5.7 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial (Concordata), expedida pelo Distribuidor da sede da empresa licitante há, no máximo, 60 (sessenta) dias da data de apresentação das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

## **5.8 – DECLARAÇÃO DO MENOR**

a) Documento declarando que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei 8.666/1993, acrescido pela Lei n.9854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo do **ANEXO II**.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA ABERTURA**

**6.1** A Diretoria de Licitações e Contratos receberá os envelopes contendo os documentos e verificará se a documentação atende ao exigido na cláusula quinta deste edital.

**6.2** Aberto o envelope e constatado irregularidade na documentação apresentada, será comunicado por escrito à proponente, a qual poderá retirar os documentos apresentados e reapresentá-los novamente num novo envelope escoimados das irregularidades apontadas.

**6.3** Restando regular a documentação, será publicado o resultado na imprensa oficial do município, declarando o credenciado, com fundamento no “caput” do artigo 25 da Lei 8.666/93 e a posterior celebração do respectivo contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

**7.1** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal com o Serviço descrito detalhadamente.

**7.2** O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento à empresa ganhadora, quando esta houver cumprido o serviço prestado conforme cláusulas contratuais.

**7.3** A contratada deverá apresentar a relação de exames excedentes ao contrato global anual, levando em consideração o controle mensal.

**7.4** Para o pagamento dos exames excedentes, mesmo que ultrapassem o controle mensal, se reserva o limite de até 1/12 avos da franquia global anual para pagamento dentro de um mesmo mês, apenas uma vez dentro do limite anual, desde que expressamente autorizado pelo Secretário de Saúde.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO**

**8.1** O contrato de credenciamento assinado em decorrência deste edital terá validade de 12 (doze) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.**

### **9.1** São Obrigações do Parceiro Credenciado:

9.1.1. A empresa ganhadora deverá, obrigatoriamente, obedecer na íntegra os critérios e especificações técnicas contidas no edital e anexos.

9.1.2. A contratada obriga-se a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os produtos contratados.

### **9.2** São obrigações da contratante:

9.2.1. Acompanhar os Serviços adjudicados, a fim de verificar o cumprimento das exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

9.2.2. Efetuar o pagamento à empresa ganhadora conforme estabelecido no instrumento convocatório.

9.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Serviço adjudicado, que será realizada através do setor competente da Secretaria Municipal de Saúde. Fiscal designado: Marcelo Irineu Miles - Diretor de Regulação, Controle e Avaliação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO**

1) A inexecução total ou parcial do contrato, terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

2) O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

3) O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Edital.

4) O Município poderá aplicar à Contratada, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato resultante deste credenciamento:

4.1. Advertência;

4.2. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento/serviço do objeto;

4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses em caso de desistência do fornecimento/serviços ou execução;

5) Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

5.1. 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pelo fornecimento de material/serviços desconforme com o especificado e aceito;

5.2. 1,0 % (um por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

5.3. 0,33% por dia, do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste;

5.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

5.5. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

**11.1** O Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, bem como em caso de violação à Lei Anticorrupção conforme Decreto Municipal 11.063/17 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13. Será motivo de rescisão contratual além dos previstos na legislação, quando:

- a) O agente credenciado deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;
- b) O agente credenciado praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
- c) Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

**11.2** Pelo agente credenciado:

- a) Mediante solicitação por escrito ao Fundo Municipal de Saúde, a qual deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com as devidas justificativas, que serão analisadas e julgadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1** Em caso de revogação ou anulação deste processo, serão observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**12.2** O credenciamento decorrente do presente edital terá caráter precário, uma vez que a qualquer momento o credenciado poderá denunciar a avença, bem como a Administração poderá descredenciá-lo, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital ou no contrato, bastando para tanto notificar por escrito e conceder prazo legal.

**12.3** Aplica-se ao presente Edital nas partes omissas, a legislação em vigor.

**12.4** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Credenciamento será o Município de Itajaí.

Itajaí (SC), 15 de março de 2021

**JEAN CARLOS SESTREM**  
Secretário Municipal de Governo



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Objeto:** Habilitação de entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos ou empresas, legalmente constituídas no município de Itajaí e que demonstrem capacidade jurídica e aptidão técnica, para atender a demanda gerada nas unidades de saúde sob gestão do município de Itajaí, para consultas e procedimentos médicos.

**Justificativa:** A Secretaria de Saúde necessita lançar este Edital para prestação de serviços ao qual a rede de saúde do município não consegue suprir a demanda gerada pelas unidades de saúde ocasionando uma grande fila de espera.

**Forma de Execução:** A execução desses procedimentos será no modelo de prestação de serviços conforme cronograma físico e financeiro estipulados pela Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação e pela Diretoria de Administração do Fundo Municipal de Saúde.

**Fonte de Recurso:** O recurso para pagamento desse serviço será por meio de dotação própria do Fundo Municipal de Saúde e, por se tratar de um processo na Modalidade de Chamamento Público, não há necessidade de envio de bloqueio de saldo. No entanto, a despesa informada pelo Fundo Municipal de Saúde para pagamento desses serviços serão as despesas **540 e 542**.

**Valor estimado máximo dessa aquisição é: R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) Mensais, num total de R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais) ao ano.**

**Os contratos poderão ser prorrogados por até 60 meses, conforme prevê Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 (Lei de Contratos e Licitações).**

**Forma de pagamento:** mediante a apresentação da produção executada, avaliada e emitida a nota fiscal o município se responsabiliza em pagar até 30 dias após o recebimento da nota fiscal.

**Prazo:** os serviços deverão ser executados num prazo de 12 meses, podendo ser prorrogados por até 60 meses, conforme prevê dispositivo legal da Lei n.º 8.666/93 (Lei de Contratos e Licitações).

#### **Documentação:**

##### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro comercial, no caso de empresário;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores.

#### REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ do Ministério da Fazenda, sendo aceito documento extraído via INTERNET;
- b) Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, relativos ao domicílio ou sede da entidade, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da entidade;
- d) Certidão Negativa de Débito (CND), expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos dos tributos federais e da Dívida Ativa da União.
- f) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS - SAÚDE para os Estabelecimentos de Saúde sem fins lucrativos, reconhecidos como Entidade Beneficente de Assistência Social, quando couber.
- g) Cópia do Registro Geral (R.G.) e Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) do responsável legal pela Instituição;
- h) Certidão Negativa de Tributos Mobiliários da PMI ou documento que comprove a sua isenção;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data da sua apresentação.

#### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Alvará de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária;
- b) Certificado de Registro no CREMESC ou outro órgão competente;
- c) Indicação dos equipamentos/aparelhos técnicos especializados;
- d) Relação da equipe médica e de outras categorias profissionais, com número de inscrição no Conselho competente, carga horária, com qualificação completa dos responsáveis pelos serviços especializados;
- e) Declaração do percentual da capacidade instalada que está destinada a particulares e convênios com terceiros, bem como a indicação do percentual dessa capacidade para atendimento aos usuários do SUS;
- f) Documentação do responsável técnico: cópia do Registro Geral (R.G.), Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) e Registro no Conselho Profissional da Categoria;
- g) Declaração (modelo fornecido pela PMI) firmada pelos sócios e/ou diretores da instituição que não ocupam Cargo ou Função Pública de Chefia ou Assessoramento na área pública de saúde, no nível federal, estadual ou no Município de Itajaí.
- h) Relação detalhada de consultas que a proponente irá disponibilizar, as quantidades totais de cada consulta que será ofertado para Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, bem como informar em quais os horários poderão ser realizados as referidas consultas.

#### Serviços a serem executados:

##### QUADRO DE PROCEDIMENTOS

CÓDIGO SIGTAP (TABELA SUS)	PROCEDIMENTOS	TABELA SUS (R\$)	INCENTI VO (R\$)	VALOR UNIT. (R\$)	QTDE ANO	VALOR TOTAL ANO (R\$)
0301010072 <sup>1</sup>	Consulta Médica em Atenção Especializada					
	<del>225185 – Médico</del> Gastroenterologista <sup>1</sup>	10,00	70,00	80,00	1.200	R\$ 96.000,00
	<del>225136 – Médico</del> Reumatologista <sup>1</sup>	10,00	70,00	80,00	2.400	R\$ 192.000,00
	<del>225155 – Médico</del>	10,00	70,00	80,00	2.400	R\$ 192.000,00

	Endocrinologista <sup>1</sup>					
TOTAIS					<b>6.000</b>	<b>R\$ 480.000,00</b>

<sup>1</sup> Recurso Municipal – tabela diferenciada - Dotação 540

CÓDIGO SIGTAP (TABELA SUS)	PROCEDIMENTOS	TABELA SUS (R\$)	INCENTI VO (R\$)	VALOR UNIT. (R\$)	QTDE ANO	VALOR TOTAL ANO (R\$)
0301010072 <sup>1</sup>	Consulta Médica em Atenção Especializada					
	225133 – Médico Psiquiatria	10,00	110,00	120,00	800	R\$ 96.000,00
	225250 – Médico Ginecologista	10,00	70,00	80,00	2.400	R\$ 192.000,00
	225112 – Médico Neurologista (atendimento a pacientes até 14 anos)	10,00	90,00	100,00	1.920	R\$ 192.000,00
TOTAIS					<b>5.120</b>	<b>R\$ 480.000,00</b>

**ANEXO II**  
**CREDENCIAMENTO Nº 004/2021 FMS**

**DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ART. 27, DA LEI 8.666/93.**

\_\_\_\_\_, (nome da empresa), com sede na  
\_\_\_\_\_(endereço da empresa), CNPJ  
\_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, em  
atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27  
de outubro de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma  
contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não  
possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho  
(exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Em ..... de ..... de 2022

.....

Nome e assinatura

### **ANEXO III**

#### **MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO N°.../FMS

TERMO DE CONTRATO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE LABORATÓRIO CLÍNICO NA ÁREA DA SAÚDE, QUE ENTRE SI FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O ESTABELECIMENTO ....., MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA PREÂMBULO**

- 1) CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, através de seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Alberto Werner, n° 100, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 83.102.277/0001-52, neste ato representado por seus Secretários Municipais, infra-assinados, doravante denominados simplesmente **MUNICÍPIO** e,
- 2) CONTRATADA: ....., com sede a Rua ....., n.º ..... – ....., cidade de ....., SC, CEP: ....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º ....., neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, ....., CPF. ....
- 3) Este contrato, regido pela Lei n.º 8.666/93, origina-se do Processo de Credenciamento n° 004/2021 FMS, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA OBJETO**

**1) CREDENCIAMENTO PARA HABILITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS, LEGALMENTE CONSTITUÍDAS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E QUE DEMONSTREM CAPACIDADE JURÍDICA E APTIDÃO TÉCNICA, PARA ATENDER A DEMANDA GERADA NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, PARA CONSULTAS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS.**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR**

- 1) Pela prestação do serviço acima mencionado o Município pagará a Contratada o valor correspondente a cada exame/procedimento conforme tabela abaixo:

<b>CÓDIGO SIGTAP (TABELA SUS)</b>	<b>PROCEDIMENTOS</b>	<b>TABELA SUS (R\$)</b>	<b>INCENTI VO (R\$)</b>	<b>VALOR UNIT. (R\$)</b>	<b>QTDE ANO</b>	<b>VALOR TOTAL ANO (R\$)</b>
0301010072¹	Consulta Médica em Atenção Especializada					
	225133 – Médico Psiquiatria	10,00	110,00	120,00	800	R\$ 96.000,00
	225250 – Médico Ginecologista	10,00	70,00	80,00	2.400	R\$ 192.000,00
	225112 – Médico Neurologista (atendimento a pacientes até 14 anos)	10,00	90,00	100,00	1.920	R\$ 192.000,00
<b>TOTAIS</b>					<b>5.120</b>	<b>R\$ 480.000,00</b>

#### **CLÁUSULA QUARTA DO PAGAMENTO**

- 1) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal com o Serviço descrito detalhadamente;
- 2) O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento à empresa ganhadora, quando esta houver cumprido o Serviço prestado conforme cláusulas contratuais.
- 3) A contratada deverá apresentar a relação de exames excedentes ao contrato global anual, levando em consideração o controle mensal.
- 4) Para o pagamento dos exames excedentes, mesmo que ultrapassem o controle mensal, se reserva o limite de até 1/12 avos da franquia global anual para pagamento dentro de um mesmo mês, apenas uma vez dentro do limite anual, desde que expressamente autorizado pelo Secretário de Saúde.

#### **CLÁUSULA QUINTA DO PRAZO**

- 1) Este contrato terá validade a partir de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

#### **CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1) As despesas oriundas do presente credenciamento serão cobertas por dotação orçamentária do Exercício 2022 do Fundo Municipal de Saúde.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA DA FISCALIZAÇÃO**

1) Cabe ao Município, através da Secretaria Municipal de Saúde, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços contratados. Fiscal designado: Marcelo Irineu Miles - Diretor de Regulação, Controle e Avaliação.

§ 1º - A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo MUNICÍPIO.

§ 2º - A existência e atuação da fiscalização do MUNICÍPIO, em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1) Obedecer na íntegra os critérios e especificações técnicas contidas no edital e seus anexos, em especial o Termo de Referência.

2) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre os serviços contratados.

#### **CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1) Acompanhar e fiscalizar os serviços, a fim de verificar o cumprimento das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. A fiscalização será realizada pelo Fundo Municipal de Saúde.

2) Efetuar o pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA INEXECUÇÃO, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E SANÇÕES.**

1) A inexecução total ou parcial do contrato, terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

2) O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

3) O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Edital.



4) O Município poderá aplicar à Contratada, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato resultante deste credenciamento:

4.1. Advertência;

4.2. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento/serviço do objeto;

4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses em caso de desistência do fornecimento/serviços ou execução;

5) Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

5.1. 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pelo fornecimento de material/serviços desconforme com o especificado e aceito;

5.2. 1,0 % (um por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

5.3. 0,33% por dia, do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste;

5.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

5.5. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

6) O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, bem como em caso de violação à Lei Anticorrupção conforme Decreto Municipal 11.063/17 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA CESSAO OU TRANSFERÊNCIA**

1) O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expreso consentimento do MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DISPOSIÇÕES GERAIS**

1) A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento por parte do **MUNICÍPIO**.

2) Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de

responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**, respondendo o **MUNICÍPIO** apenas e tão somente pelo pagamento da quantia e disposições acordadas na Cláusula Terceira.

3) Fica eleito o foro da Comarca de Itajaí (SC), como competente, a fim de dirimir questões que se originem do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

4) E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Termo de Contrato para que produza os efeitos esperados.

Itajaí,.. de ..... de 2022

ASSINATURAS